

Corpo, raça e dissidência: professoralidades no Semiárido Baiano

Body, race, and dissidence: teaching identities in the Bahian Semi-arid region

Cuerpo, raza y disidencia: profesorabilidades en el Semiárido Bahiano

DOI: 10.54901/educa.v9-569

Diego Cardoso de Oliveira¹
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega²
Pedro Paulo Souza Rios³
Alane Martins Mendes⁴

RESUMO: O presente estudo problematiza como a produção acadêmica brasileira (2010–2025) constitui as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano. Busca analisar como as interseções entre raça, sexualidade e território são enquadradas ou invisibilizadas, propondo a categoria professoralidade interseccional territorializada para reconfigurar o campo. No que se refere a metodologia, optamos pela revisão narrativa da literatura com abordagem qualitativa e decolonial. O *corpus*, selecionado no Portal de Periódicos CAPES, foi submetido à análise temática, fundamentada em etapas de codificação e interpretação de padrões de significado, visando confrontar o epistemicídio institucional. Os resultados evidenciam a ausência de estudos que articulem simultaneamente raça, homossexualidade masculina, docência e Semiárido, enquanto a literatura localizada sobre docência LGBTQIA+ tende a tratar territorialidade e raça de maneira fragmentada. O território não é apenas cenário de escassez, mas um dispositivo ativo que molda identidades. Conclui-se que a escola opera regimes de normalização e uma "diversidade domesticadora", mas a presença desses docentes cria microterritórios contra-hegemônicos. A docência dissidente emerge como uma performance que desafia a masculinidade rústica sertaneja, transformando a sala de aula em uma encruzilhada de saberes e resistência política.

Palavras-chave: corpo; raça; dissidência de gênero; docência gay; semiárido.

1 INTRODUÇÃO

A constituição identitária de homens negros e gays no semiárido baiano não é um evento isolado ou casual; ela é uma geopolítica do corpo. Afastar-se de uma visão eurocêntrica da

¹ Mestrando em Ensino, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.
E-mail: diegscard.23@gmail.com

² Doutor em Geografia, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.
E-mail: pedro.nobrega@univasf.edu.br

³ Doutor em Educação, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.
E-mail: pedro.rios@univasf.edu.br

⁴ Mestre em Educação e Diversidade, Secretaria Municipal de Educação de Mirangaba, Mirangaba, Bahia, Brasil.
E-mail: lannylymar@gmail.com

homossexualidade, que geralmente privilegia o modelo urbano, branco e de consumo, permitindo enxergar como a identidade se tece nas tramas culturais e sociais de um território específico.

Ser um homem negro e gay no interior da Bahia é um ato de reexistência. O sujeito não apenas *está* no semiárido, ele *é* o semiárido. Isso significa que seus modos de vida, afetividade e linguagem são imbuídos dos processos históricos e simbólicos constituídos a partir de um território e suas complexidades. A constituição identitária pautada nos elementos socioculturais do semiárido subverte a lógica eurocêntrica, criando uma estética da existência que une a ancestralidade negra à vivência dissidente.

De acordo com Rios (2016), torna-se imperativo superar as narrativas hegemônicas que, durante décadas, reduziram o semiárido baiano a um território marcado pela escassez e o atraso. Essa visão estereotipada operou sob um olhar homogeneizador que invisibilizou a complexidade dos sujeitos que habitam esse território. Ao defender um semiárido múltiplo e diverso, o autor nos convoca a uma compreensão heterogênea que ganha profundidade quando atravessada pelos marcadores de gênero, raça e masculinidades. Valorizar as diferenças socioculturais e identitárias significa, portanto, reconhecer o semiárido como um território majoritariamente negro, quilombola e indígena, onde as identidades são forjadas em processos de resistência ao racismo estrutural.

Nesse contexto, as masculinidades sertanejas deixam de ser lidas apenas pelo arquétipo do homem rústico e viril (Rios, 2022), herança de uma lógica colonial e patriarcal, para serem compreendidas em sua pluralidade. São masculinidades atravessadas pela ancestralidade, pelo trabalho com a terra e pelas novas formas de subjetividade que emergem nesse contexto. Dessa maneira, o território deve ser compreendido como um espaço de produção de vidas e identidades que desafiam a norma, onde a raça, o gênero e masculinidades são fios indissociáveis da trama que constitui a riqueza cultural do sertão baiano.

Habitar o Semiárido baiano a partir da negritude e da homossexualidade é subverter a suposta neutralidade geográfica, revelando que o espaço é um produto social atravessado por demarcadores de gênero e raça. A subjetividade desses sujeitos emerge no tensionamento entre o silenciamento imposto pela matriz colonial e a performance de identidades que reivindicam o direito à cidade e ao campo. O território, portanto, não é um dado biofísico, mas uma construção simbólica e afetiva onde o vivido desafia as representações estereotipadas acerca do semiárido, convertendo o chão ressecado em um palco de insurgência política e afirmação da diversidade.

Esse território carrega imagens de atraso, escassez e falta, mas em vez disso concentra formas de resistência que desafiam o imaginário que associa o interior à moral conservadora e

à periferia da nação, em consonância com as leituras críticas do espaço e da regionalização desigual propostas por Santos (2002). É nesse chão de ambivalências que as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano se desenham, tentando abrir veredas num campo marcado pela colonialidade do poder e pela racialização regional (Quijano, 2005), bem como por políticas de morte que incidem de modo diferenciado sobre corpos negros e dissidentes (Mbembe, 2018).

Na escola, esse território não se reduz às quatro paredes da sala de aula. A sala se converte em microterritório contra-hegemônico, onde a docência se faz prática espacial, reorganizando usos do espaço, gestos e afetos, aproximando-se da ideia de que o espaço é sempre relacional e em disputa (Massey, 2005; Santos, 2002). O corredor, o pátio, a sala dos professores, o portão da escola, tudo isso se torna cenário de disputas sutis entre uma norma que domestica diferenças e os corpos que insistem em produzir-las e tematizá-las. Dar aula nesse contexto é trilhar veredas de sol e resistência. O mesmo sol que resseca a terra incide sobre nossa pele e ilumina, com uma luz crua, os caminhos que escolhemos. Cada dia de aula é um fragmento de luta, mas também um pedaço de esperança plantado, um modo de desafiar a ideia de que do interior só brotam carências.

Quando um aluno cruza o olhar com um professor negro e gay do Semiárido, ele vê mais do que alguém que domina conteúdo. Pode vislumbrar a possibilidade concreta de existir sem se curvar, de articular cor, desejo e território como dimensões legítimas da vida escolar. Nesse encontro, a própria imagem do professor é reconfigurada, rompendo com o modelo de sujeito universal, branco, heterossexual, urbano, que historicamente ocupou o lugar da autoridade pedagógica na escola (Collins, 2000; Carneiro, 2011). É como se a sala de aula se abrisse como encruzilhada de experiências, onde corpos que já foram relegados se tornam referência, ainda que tensionada, para os que chegam depois, em sintonia com a compreensão interseccional das posições de sujeito (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019).

Paulo Freire, com sua sabedoria feita também do barro desse chão, lembra que “ninguém educa ninguém sozinho” (Freire, 1996, p. 25). Ele nos mostra que o saber verdadeiro nasce do encontro, da palavra partilhada, da escuta mútua, não de uma transmissão unilateral que ignora o mundo vivido dos educandos (Freire, 1996). Aqui no Semiárido isso salta aos olhos: o aprender transborda da sala e se espalha pelo terreiro, pelo quintal, pelo caminho de casa, nas histórias que os alunos carregam na voz e no peito. A pedagogia freireana nos ajuda a compreender a docência como ato de coragem e amor, coragem de dizer quando a norma manda calar, amor que insiste em cuidar mesmo quando a estrutura insiste em matar sonhos (Freire, 1996).

Hooks ecoa dentro de nós quando afirma que “falar da própria vida é um ato de resistência” (Hooks, 2013, p. 22). Quando um professor negro e gay do Semiárido compartilha sua trajetória, não está apenas narrando um percurso individual. Está abrindo caminhos onde o preconceito tentou impor o silêncio, oferecendo aos estudantes referências de vidas e palavras que podem nomear suas dores e suas possibilidades (Hooks, 2013). A “prática de ensino como ato de liberdade” que ela propõe se materializa no abraço depois da aula, no olhar que reconhece a dor do outro, no cuidado com quem chega marcado por violências racistas, homofóbicas e territoriais. No cotidiano, essa prática floresce nos detalhes, nos gestos simples, nos currículos que se desviam da neutralidade e inscrevem as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano, tantas vezes empurradas para fora da história oficial.

Podemos falar de uma coragem própria de quem resiste ao ensinar fora da norma, de uma docência dissidente que se recusa a caber nos moldes da masculinidade hegemônica, heterossexual e branca. Essa coragem, no nosso contexto, não é ausência de medo, seria heroísmo idealizado. É seguir apesar dele, enfrentando cochichos, olhares atravessados, piadas veladas e, sobretudo, a invisibilidade em políticas e discursos que elogiam a “diversidade” como slogan, mas regulam corpos para que permaneçam aceitáveis e pedagógicos (Ahmed, 2012). Aqui, à docência se mostra como corpo normativo, atravessado por expectativas de virilidade, sobriedade e contenção afetiva, ao mesmo tempo em que essas experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano elaboram práticas que deslocam os regimes de normalização descritos por Foucault (2014), instaurando brechas no cotidiano escolar.

É nesse ponto que a noção de professoralidades ganha relevo. Ao falar de professoralidades, não tratamos de uma identidade fixa de ser professor, mas de modos de existir na docência que se performam no cruzamento entre corpo, território e relações de poder. Dialogando com Butler (2007), podemos entender essas professoralidades como performatividades de gênero e sexualidade que se repetem e se desviam, ora reiterando normas, ora abrindo flancos para a diferença. A escola, enquanto instituição, opera regimes de normalização que classificam gestos, trejeitos e afetos como mais ou menos legítimos, inscrevendo as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano em um jogo contínuo de vigilância e auto-vigilância (Foucault, 2014). Ao mesmo tempo, esses sujeitos negociam, subvertem e criam formas de serem professores que desafiam a heteronormatividade institucional, inventando, no calor do dia, estilos docentes que são ao mesmo tempo sobrevivência e reinvenção (Ahmed, 2012; Butler, 2007).

Sara Ahmed, ao discutir as políticas da diversidade institucional, nos alerta para o risco de a diversidade funcionar como dispositivo de gestão da diferença, produzindo sujeitos que

são celebrados como símbolos, mas neutralizados em sua potência crítica (Ahmed, 2012). No contexto escolar do Semiárido, o professor negro e gay pode ser transformado em emblema de inclusão, ao mesmo tempo em que se espera dele uma postura adequada, respeitosa, não exagerada, de modo a não desestabilizar demais a sensibilidade moral local. Essa tensão revela como a diversidade pode operar como discurso domesticador, reconhecendo a diferença apenas até o limite em que não ameaça as hierarquias de raça, gênero, sexualidade e território (Ahmed, 2012; Fraser, 2003). A pergunta que nos atravessa é: a escola reconhece o professor negro gay ou o converte em símbolo pedagógico domesticado, esvaziando a radicalidade de sua existência?

Se olharmos para o Semiárido a partir da colonialidade do poder, como propõe Quijano (2005), percebemos que não se trata apenas de um espaço distante dos grandes centros, mas de um território construído historicamente como lugar de ausência, atraso e carência. Essa representação territorial não é neutra: ela racializa regiões, populações e modos de vida, produzindo hierarquias que se inscrevem nos corpos e nas oportunidades (Carneiro, 2011; Santos, 2002). A necropolítica de Mbembe (2018) ajuda a pensar como determinadas vidas, marcadas por cor, classe, sexualidade e localização geográfica, são mais expostas à precariedade, à violência e à desproteção estatal. No Semiárido, essa combinação de racismo estrutural, colonialidade territorial e moral conservadora constitui o pano de fundo sobre o qual se desenham as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano.

É nesse entrecruzamento que a interseccionalidade se torna chave analítica incontornável. Cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991), o conceito de interseccionalidade busca dar conta justamente das formas de discriminação que não podem ser explicadas isolando raça, gênero, classe ou sexualidade, pois emergem da sobreposição estrutural dessas dimensões. Crenshaw nos lembra que há dimensões estruturais, políticas e representacionais da interseccionalidade, que dizem respeito tanto às instituições quanto às narrativas que produzem certos sujeitos como invisíveis. Collins, ao falar de matriz de dominação, mostra como sistemas de opressão se articulam de modo relacional, organizando privilégios e subalternizações em múltiplos eixos (Collins, 2000). Avtar Brah acrescenta que a diferença não é mero dado substantivo, mas categoria relacional, produzida em contextos históricos específicos (Brah, 2005).

Carla Akotirene, por sua vez, relê a interseccionalidade como encruzilhada de estruturas de opressão, racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que se entrecruzam e intensificam vulnerabilidades (Akotirene, 2019). Ao trazer essa chave para o campo da docência no Semiárido, podemos perguntar: o Semiárido produz formas específicas de racialização? De que

modo a sexualidade dissidente opera em territórios interiorizados? Como esse entrelaçamento impacta as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano na educação básica? Não estamos, portanto, diante de um professor negro genérico, nem de um professor gay abstrato, mas de sujeitos situados, cujas vidas são tecidas na encruzilhada entre cor, desejo, classe, região, religião e pertencimentos comunitários (Crenshaw, 1991; Collins, 2000; Akotirene, 2019).

Rios (2019), ao analisar narrativas de professores gays no Semiárido baiano, evidencia como gênero, sexualidade e território se entrelaçam na constituição de corpos docentes marcados pelo estranhamento e pela vigilância, mas também por táticas de permanência na escola. A partir de sua análise de homossexualidades e trabalho docente em contexto interiorano, o autor oferece elementos importantes para que, neste artigo, a interseccionalidade possa ser mobilizada como chave de leitura das experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano.

A interseccionalidade, tal como mobilizada neste trabalho, permite perceber que certas combinações de marcadores, como ser negro, gay e do Semiárido, colocam alguns sujeitos em maior risco de terem seus saberes apagados. Esse apagamento é o que Santos e Carneiro denominam epistemicídio, isto é, processos pelos quais as contribuições de determinados grupos não são reconhecidas como conhecimento válido (Santos, 2010; Carneiro, 2011). No campo da educação, esse epistemicídio se traduz tanto na ausência de estudos sobre as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano na produção acadêmica, quanto na desautorização cotidiana de suas experiências como fonte válida de conhecimento. Quando esses sujeitos não aparecem como autores, como referências teóricas ou como protagonistas de pesquisas, reforça-se a ideia de que suas vivências são periféricas, locais demais, pouco universais para merecerem atenção.

É nesse contexto de apagamentos, mas também de insurgências, que esta pesquisa se insere. Partimos do reconhecimento de que as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano constituem um locus privilegiado para pensar a interseccionalidade entre raça, sexualidade, gênero e território na educação básica brasileira (Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019; Mbembe, 2018). Como nos lembra Sueli Carneiro, “o silenciamento é uma forma de violência” (Carneiro, 2011, p. 67), e é justamente contra essa violência epistemológica que nos movemos. Contudo, tais vivências seguem notavelmente ausentes do centro do debate acadêmico, especialmente quando se considera a realidade da educação básica no interior do Nordeste.

Diante desse silenciamento, este artigo tem como objetivo problematizar os modos pelos quais a produção acadêmica brasileira tem constituído, discursiva e epistemologicamente, as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano, analisando como as interseções entre raça, sexualidade e territorialidade são enquadradas, fragmentadas ou invisibilizadas, e propondo a categoria analítica de professoralidade interseccional territorializada como ferramenta teórico-metodológica para reconfigurar o campo dos estudos sobre docência e diferença no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: SEMIÁRIDO, TERRITÓRIO E COLONIALIDADE

Pensar o Semiárido apenas como cenário de fundo seria repetir o gesto colonial que o reduz a paisagem de escassez, atraso e falta. Inspirado em Henri Lefebvre, partimos da compreensão de que o espaço é produto social, tecido pelas relações de poder, pelas práticas cotidianas e pelos modos de apropriação material e simbólica (Lefebvre, 2013). O Semiárido baiano, nesse sentido, não é dado, é produzido historicamente como território de precariedade, mas também como lugar de resistência e invenção. Ao deslocar a região de um lugar de ausência para um campo de disputa simbólica e política, aproximamo-nos da ideia de espaço como construção histórica e contraditória, sempre atravessada por conflitos entre o concebido, o percebido e o vivido (Lefebvre, 2013).

Doreen Massey, ao falar em espacialidade relacional, reforça que o espaço não é mero contêiner onde os fatos se depositam, mas um entrelaçamento de trajetórias, encontros e disputas (Massey, 2005). O Semiárido pode ser lido, assim, como cruzamento de fluxos, de pessoas, saberes, políticas públicas, discursos religiosos, que disputam o sentido de pertencimento e de futuro. O interior deixa de ser periferia passiva do litoral e passa a ser compreendido como nó ativo de relações, no qual se negociam moralidades, expectativas de gênero e sexualidade e diferentes projetos de escola. Essa leitura nos ajuda a compreender a sala de aula como microterritório, onde a docência se inscreve em práticas espaciais que resistem à ideia de que só nos grandes centros urbanos se produz conhecimento legítimo.

Milton Santos (2002), ao discutir o “território usado”, nos lembra que o território não se define apenas por seus atributos físicos, mas pelo uso que dele fazem os sujeitos, pelas redes que o atravessam, pelas desigualdades que nele se materializam (Santos, 2002). No Semiárido, o território usado pelos professores negros e gays inclui as estradas de terra, os ônibus escolares, as praças, as igrejas, as festas de padroeiro, compondo uma geografia afetiva que ultrapassa os limites físicos da escola. Esse uso é regulado por hierarquias territoriais que consideram o

interior como menos moderno, menos civilizado, frequentemente associado a uma moral conservadora que vigia corpos dissidentes (Quijano, 2005). Perguntar se o Semiárido é apenas cenário ou dispositivo ativo de produção de diferença significa, portanto, indagar como a colonialidade territorial e a racialização regional organizam quem pode ocupar a posição de professor e de que maneira.

Nessa direção, Nóbrega (2013; 2015), ao discutir os conceitos de território, territorialidade e região no ensino de geografia, enfatiza que esses conceitos são atravessados por relações de poder e por disputas de significados, e que reduzi-los a recortes cartográficos empobrece a compreensão da experiência educativa. Aproximar essas reflexões do Semiárido baiano implica reconhecer que as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano se inscrevem em um campo territorial hierarquizado, no qual certas regiões e corpos são produzidos como periféricos, enquanto outros ocupam o lugar de referência.

Ao articular território e colonialidade do poder, é possível entender o Semiárido como espaço em que se concentram políticas de morte e de abandono, como sugere Achille Mbembe ao formular a noção de necropolítica (Mbembe, 2018). Determinados corpos, negros, pobres, dissidentes, interioranos, são mais expostos à precariedade, à violência e à ausência de direitos. Ao mesmo tempo, é nesse espaço que emergem formas teimosas de vida, solidariedades e práticas pedagógicas que procuram desafiar o imaginário do atraso. O sertão que aparece como fim de linha nos mapas oficiais reaparece, no cotidiano da escola, como encruzilhada de mundos, onde as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano se fazem entre o peso da falta e a invenção de pequenos respiros.

Nesse sentido, ler o Semiárido como dispositivo ativo de produção de diferença implica reconhecer que raça, classe, gênero e sexualidade se territorializam, ganham cheiro de poeira, horário de ônibus, sotaque, apelido, fofoca de cidade pequena. As experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano não existem fora desse chão, são também produto de estradas longas, da água que falta, da política local, das igrejas que cercam a escola, das memórias de seca que atravessam as famílias. Assumir o Semiárido como categoria central é assumir que as professoralidades que buscamos compreender não podem ser deslocadas desse cenário, sob pena de perdermos as marcas mais profundas que as constituem.

No campo da educação, estudos de Rios sobre formação docente e diversidades no Semiárido reforçam essa leitura do território como espaço formador, e não apenas como cenário de carência. Ao analisar narrativas de professores e professoras da região, o autor evidencia como chão, corpo e prática docente se imbricam, produzindo professoralidades marcadas por gênero, classe e sexualidade (Rios; Vieira, 2018; Rios, 2024). Esses trabalhos deslocam o

Semiárido da condição de lugar problema e o afirmam como espaço de produção de saberes, reforçando a necessidade de tratar o território como dimensão constitutiva das experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano

2.1 Professoralidades Dissidentes e Heteronormatividade Institucional

A categoria professoralidades nos permite deslocar a ideia de uma identidade docente homogênea para pensarmos modos plurais de ser professor, produzidos no entrecruzamento entre corpo, história, território e relações de poder (Santos, 2002). Em vez de um sujeito abstrato, universal, a professoralidade aponta para performatividades concretas, encarnadas, que se fazem e desfazem nas práticas cotidianas. Dialogando com Judith Butler, podemos entender que gênero e sexualidade não são essencialmente interiores, mas efeitos reiterados de atos, gestos e normas que, ao se repetirem, produzem a impressão de naturalidade (Butler, 2007). Assim, quando falamos em professoralidades ligadas às experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano, falamos em performatividades docentes que nos mostram como ser professor também é encenar, negociar e, por vezes, subverter expectativas de masculinidade, respeito e autoridade.

Foucault, ao discutir os regimes de normalização, oferece ferramentas para compreender como a escola opera dispositivos que classificam, avaliam e corrigem corpos (Foucault, 2014). O professor é permanentemente observado por seus colegas, seus estudantes, seus familiares, seus gestores, por sua comunidade local. Para homens negros e gays, esse olhar se torna ainda mais denso, pois vigia não apenas o domínio de conteúdos, mas o corpo que gesticula, o tom de voz, as roupas que veste, o modo de se relacionar com os alunos. A docência se faz, assim, como corpo regulado, tensionado por expectativas de virilidade e sobriedade que pressionam a ocultar afetos, desejos, fragilidades. As professoralidades dissidentes surgem quando, apesar desses regimes de normalização, as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano elaboram modos de habitar a escola que não cabem inteiramente no molde da masculinidade hegemônica, abrindo frestas por onde passam outros gestos, outras linguagens e presenças.

Sara Ahmed (2012), ao analisar as políticas de diversidade institucional, ajuda a problematizar como a escola lida com essas professoralidades dissidentes (Ahmed, 2012). Muitas vezes, a diversidade é celebrada em discursos, murais e projetos pontuais, enquanto, na prática, se produz uma gestão da diferença que deseja sujeitos diversos, desde que discretos e pedagogicamente úteis. O professor negro e gay pode ser convocado como símbolo de inclusão,

mas se espera dele que não exagere, que não traga conflitos, que não desestabilize a sensibilidade moral local. Nesse jogo, a diversidade funciona como discurso domesticador, que reconhece a diferença apenas até o ponto em que ela não ameaça as hierarquias de raça, gênero, sexualidade e território (Ahmed, 2012; Fraser, 2003).

As discussões sobre docência dissidente e práticas de resistência apontam para uma coragem própria de quem resiste no cotidiano escolar, uma coragem que não é heroica, mas cotidiana, feita de insistir em permanecer, ensinar e cuidar, mesmo sob olhares desconfiados e políticas que não os contemplam.

As experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano podem ser lidas como práticas de desvio e invenção, que tensionam o que se espera de um bom professor, tanto em termos de desempenho técnico quanto de conformidade moral. Rios evidencia que professores gays nesse território são frequentemente produzidos como estranhos e, ao mesmo tempo, constroem estratégias de permanência, cuidado e reinvenção de si em meio à vigilância e ao controle (Rios, 2017; Rios, 2019). Ao assumir o corpo, a pele, o desejo e o território como dimensões constitutivas da docência, essas experiências deslocam a compreensão da escola como espaço neutro, evidenciando que educar é sempre atravessado por relações de poder, afetos e disputas de sentido (Freire, 1996; Hooks, 2013).

Nesse quadro, o conceito de professoralidade interseccional territorializada que aqui propomos como categoria analítica ganha corpo. Ele permite nomear formas específicas de ser professor que emergem justamente das experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano, experiências que não se explicam apenas pela vocação ou pela formação inicial, mas pela maneira como raça, sexualidade e território se entrelaçam para produzir determinadas possibilidades e impossibilidades de existir na escola. Em vez de tratar esses docentes como exceção, a professoralidade interseccional territorializada os situa como ponto de observação privilegiado para enxergar a trama mais ampla de regulações e resistências que atravessam a educação básica brasileira.

2.2 Interseccionalidade, e Docência no Semiárido

A interseccionalidade emerge, neste trabalho, como ferramenta teórico metodológica central para compreender as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano. Formulado por Crenshaw, o conceito busca dar visibilidade a formas de discriminação que não podem ser explicadas separando raça, gênero, classe ou sexualidade, pois resultam da sobreposição estrutural desses eixos (Crenshaw, 1991). Ao diferenciar dimensões estruturais,

políticas e representacionais da interseccionalidade, Crenshaw mostra como as instituições, as leis e as narrativas públicas podem produzir sujeitos que escapam das categorias pensadas, permanecendo invisíveis em políticas e pesquisas. No caso deste estudo, cor, sexualidade e território se combinam de modo específico, fazendo com que as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano não sejam plenamente contempladas nem por abordagens que tratam da docência negra, nem por aquelas que se ocupam da docência LGBTQIA+ quando desconsideram o interior como contexto estruturante.

Collins aprofunda essa perspectiva ao falar em matriz de dominação, destacando que os sistemas de opressão se articulam de modo interdependente e relacional (Collins, 2000). Não se trata de somar opressões, mas de perceber como raça, gênero, classe e sexualidade se reorganizam em configurações específicas, produzindo diferentes posições de privilégio e marginalização. Brah, por sua vez, enfatiza a diferença como categoria relacional, lembrando que identidades se constituem em relação a outras, situadas em campos históricos marcados pelo colonialismo, migrações, fronteiras geopolíticas (Brah, 2005). Essa concepção ajuda a pensar o Semiárido como campo em que se articulam eixos de raça, gênero e região, produzindo a figura do professor do interior como alguém simultaneamente necessário e desvalorizado, especialmente quando negro e gay.

Akotirene recoloca a interseccionalidade a partir da experiência de mulheres negras e da crítica decolonial, definindo-a como encruzilhada de estruturas modernas de poder, racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que se imbricam e intensificam vulnerabilidades (Akotirene, 2019). Ao trazer essa chave para a docência no Semiárido, perguntamos: como as estruturas raciais, econômicas e de gênero operam de forma conjunta para limitar, regular ou desautorizar as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano na educação básica? E, ao mesmo tempo, que fissuras essas professoralidades produzem nos modos habituais de organizar a escola e o currículo? A interseccionalidade, aqui, não é apenas conceito descritivo, mas ferramenta que orienta o olhar para as zonas de fricção onde as categorias tradicionais de análise não dão conta da complexidade das experiências vividas.

Trabalhos como o de Oliveira e Nóbrega (2024), ao discutir interseccionalidade e preconceito na vida acadêmica de pessoas LGBTQIA+, mostram como marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe se combinam na produção de violências e exclusões em contextos universitários (Oliveira; Nóbrega, 2024). Essa perspectiva reforça a importância de olhar para as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano não apenas como casos isolados, mas como efeitos de sistemas de opressão que se entrecruzam, inclusive na própria produção de conhecimento sobre docência e diferença.

Esse debate se articula diretamente com a noção de epistemicídio, tal como desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos e apropriada por Sueli Carneiro para denunciar o apagamento sistemático de saberes produzidos por populações negras, indígenas e periféricas (Santos, 2010; Carneiro, 2011). No campo da educação, esse epistemicídio se manifesta tanto na ausência das experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano como autoras de textos de referência quanto na forma como suas trajetórias são raramente tomadas como fonte legítima de conhecimento. É como se suas histórias fossem boas para ilustrar aulas sobre diversidade, mas não para orientar teorias, currículos e políticas públicas.

Ao assumir a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica, esta pesquisa procura tensionar esse quadro. Em vez de perguntar apenas se há discriminação, questiona como e onde ela opera, em quais interseções, com quais efeitos sobre as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano. E, ao analisar a produção acadêmica sobre essas experiências, busca identificar não apenas o que foi dito, mas também o que permanece não dito sobre esses sujeitos. Nesse gesto, a revisão de literatura deixa de ser um exercício neutro de síntese e se torna também prática política de reconhecimento de vozes, de rastreamento de silêncios e de abertura de caminho para que novas narrativas possam, enfim, ocupar o centro da cena.

3 METODOLOGIA

A forma como conduzimos o estudo em curso nasce de um compromisso ético e político com as vidas que a inspiram. Partimos da compreensão de que as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano são atravessadas por silêncios espessos, por feridas abertas e por uma densidade afetiva que não se deixa capturar por procedimentos puramente técnicos. Não se trata apenas de listar estudos, mas de construir um horizonte de leitura que permita escutar, nas entrelinhas da produção acadêmica, tanto o que já foi dito quanto o que permanece não dito sobre essas experiências.

Nesse contexto, a revisão narrativa da literatura é assumida não apenas como estilo de escrita, mas como metodologia científica que possibilita buscar saberes, articular perspectivas e produzir sínteses críticas sobre um campo em consolidação (Rother, 2007; Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Diferentemente das revisões sistemáticas, pautadas por protocolos rígidos e altamente reprodutíveis, a revisão narrativa opera com maior flexibilidade na formulação das perguntas, na seleção de materiais e na construção dos eixos analíticos. Isso não significa ausência de rigor,

mas outro tipo de rigor, um rigor interpretativo, que demanda transparência nas escolhas, clareza na explicitação dos caminhos trilhados e consistência na articulação entre teoria e achados (Souza, 2007). Estudos recentes sobre revisões narrativas em educação apontam que esse tipo de revisão se presta a descrever o estado da arte de um tema, atualizar debates e identificar lacunas e consensos em torno de uma problemática. Para um objeto como este, as experiências docentes de homens negros gays no semiárido baiano, a revisão narrativa se mostra pertinente por permitir cruzar produções de diferentes campos disciplinares, mantendo o foco na experiência vivida como fio condutor.

Do ponto de vista procedimental, organizamos a revisão em três grandes movimentos: planejamento da busca, seleção e sistematização do corpus, e análise temática dos estudos. No planejamento, delimitamos as bases de dados, o recorte temporal e os descritores. A busca será realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por ser um ecossistema digital, se constituindo numa das maiores bibliotecas virtuais de produção científica do mundo.

O recorte temporal de 2010 a 2025 justifica-se pela maturação das políticas de ação afirmativa, pela expansão dos debates interseccionais no campo educacional brasileiro e pelo aumento de pesquisas sobre docência, diversidade e desigualdades nesse período.

A estratégia de busca combina descritores em português, de modo a contemplar diferentes entradas no campo. A busca se dará por meio dos descritores: Professores gays na educação básica; Professores gays negros; professores gays no semiárido; Professores gays negros no semiárido.

Os critérios de inclusão contemplam, dissertações e teses que: (a) tenham como foco empírico ou teórico a docência na educação básica; (b) abordem, de forma central ou lateral, dimensões de raça, etnia e/ou sexualidade; (c) privilegiem, sempre que possível, o contexto semiárido.

Foram excluídos: (a) estudos circunscritos exclusivamente ao ensino superior; (b) trabalhos em contextos internacionais sem diálogo explícito com a realidade brasileira; (c) produções que tratem de diversidade de forma genérica, sem articulação com a docência; e (d) documentos de difícil acesso ou com informações insuficientes para análise. Essa filtragem visa compor um corpus manejável, mas teoricamente denso, capaz de iluminar tanto presenças quanto ausências no debate sobre as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano.

Reunido o material, a análise se dá por meio da análise temática, nos termos propostos por Braun e Clarke (2006), entendida como um conjunto de procedimentos para identificar,

organizar e interpretar padrões de significado que atravessam o corpus. A construção de temas como “Semiárido e territorialidade”, “docência negra e sexualidade dissidente”, “políticas de diversidade e regulação moral”, entre outros, será sempre orientada pela categoria de professoralidade interseccional territorializada, de modo que os achados sejam lidos à luz das experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano. Assim, os temas não aparecem como listas neutras, mas como caminhos para compreender como a literatura vem narrando, ou silenciando, essas experiências.

Na prática, a análise temática se desdobra em etapas, familiarização com o material, codificação inicial, busca por temas, revisão e definição de temas e, por fim, produção do relato (Braun; Clarke, 2006). Inicialmente, codifico trechos dos textos que dialogam com as questões de pesquisa, marcando, por exemplo, excertos que tematizam racismo institucional, homofobia na escola, discursos de diversidade, experiências de docentes negros, narrativas sobre o interior, entre outros. Em seguida, agruparemos esses códigos em temas provisórios, como “docência e identidade negra”, “sexualidade docente e regulação moral”, “território e desigualdade educacional”, “interseccionalidade na formação docente”, que serão refinados à medida que a leitura avança. O objetivo é chegar a eixos de sentido robustos, que permitam narrar, de forma crítica, como a literatura vem construindo ou negligenciando as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano.

Importa destacar que essa metodologia carrega uma dimensão política que não pode ser dissociada do objeto. Ao optar por uma revisão narrativa, assumo que pesquisar também é narrar, isto é, escolher quais vozes serão trazidas ao centro, quais relações serão enfatizadas e quais ausências serão problematizadas. Nesse ponto, dialogamos com o conceito de epistemicídio, formulado por Boaventura de Sousa Santos e aprofundado por Sueli Carneiro, para pensar como a produção de conhecimento sobre docência negra e gay é marcada por processos de deslegitimação e silenciamento (Santos, 2010; Carneiro, 2011). Não se trata apenas de constatar que há poucos estudos, mas de perguntar: quem escreve sobre essas experiências? De quais regiões? Com quais referenciais? Que docentes aparecem como sujeitos de pesquisa e quais permanecem como pano de fundo, sem nome, sem rosto, sem autoria?

Esse olhar para a política da produção do conhecimento implica interrogar a geografia da autoria e da circulação das pesquisas. Interessa observar se os trabalhos sobre docência negra e LGBTQIA+ se concentram em universidades do Sudeste e Sul, se as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano aparecem apenas como campo empírico e não como produtoras de teoria, se suas experiências são usadas para ilustrar diagnósticos gerais ou se colaboram na formulação de categorias analíticas. Ao explicitar essas questões no próprio

percurso metodológico, a revisão narrativa se torna também gesto de enfrentamento ao epistemicídio, recusando a naturalização da ausência de certas vozes e buscando, na própria seleção e leitura dos textos, modos de deslocar o centro do falatório acadêmico em direção ao Semiárido e às professoralidades que nele se forjam.

Dessa forma, a metodologia adotada não responde apenas a uma exigência formal de ter um método, mas se alinha ao propósito mais amplo da pesquisa que é construir um campo de visibilidade para as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano, situando-as dentro da cartografia desigual da produção de conhecimento em educação no Brasil. Ao final, espera-se que essa revisão narrativa, ancorada na análise temática e atravessada por uma perspectiva interseccional e decolonial, ofereça não somente um balanço do que já foi produzido, mas também pistas para as perguntas que ainda precisam ser feitas e para os encontros que ainda precisam acontecer entre teoria, território e corpo docente.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A aplicação dos descritores combinados: *professores gays negros* e *professores gays negros no Semiárido*, revelou uma lacuna na produção científica, uma vez que não foi possível identificar nenhum trabalho. A ausência de trabalhos que articulem simultaneamente raça, orientação sexual, docência e o contexto geográfico do Semiárido evidencia a invisibilidade desses sujeitos no campo da pesquisa acadêmica, justificando a urgência da presente investigação para preencher esse silêncio teórico.

Quando efetuamos a busca a partir do descritor: *professores gays na educação básica*, foi possível identificar oito trabalhos. O corpus é composto por seis dissertações e duas teses, conforme discriminado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Publicações encontradas a partir do descritor professores gays na educação básica

Autor/a	Pesquisa	Título	Objetivo	Ano
MEIRELES, Ariane Celestino	Mestrado	Políticas Públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de Vitória	Analisar como o tema da sexualidade é abordado nas unidades escolares do município de Vitória a partir das políticas públicas educacionais e do ponto de vista de professoras lésbicas e/ou bissexuais	2012
TOLEDO, Rodrigo	Doutorado	Homofobia e heterossexismo na escola: um estudo sobre significações de professores gays que	Compreender as significações que professores gays constroem sobre as múltiplas violências e sobre os preconceitos vividos em	2018

		atuam na educação básica'	relação à própria orientação sexual e suas formas de expressão	
NETO, Irineu Soares de Oliveira	Mestrado	Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de geografia em escolas de ensino básico	Analisar a constituição das vivências do trabalho docente através das identidades de professores gays e lésbicas no ensino de Geografia em escolas de Educação Básica	2019
ROSA, Rita de Cassia Quadros da	Doutorado	Corpos LGBT na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências'	Compreender o que acontece com os espaços hegemonicamente ocupados por pessoas cisgênero e heterossexuais, quando corpos LGBT aparecem.	2022
SANTOS, Erli dos.	Dissertação	Memórias de homens gays na redemocratização do Brasil: narrativas sobre gênero, sexualidade, infância e educação	Analisar as memórias de infância de professores que viveram suas infâncias durante o período da redemocratização, se autodeclaram LGBTQIA+ e hoje atuam na área da Educação Básica, na rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso	2023
MENEZES, Carlos Andre Araujo	Dissertação	Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar	Analisar como a expressão corporal de estudantes gays e lésbicas no espaço escolar contribuiu para ampliação do debate sobre diversidade de gênero e sexual na escola	2019
OLIVEIRA, Yuri Barbosa Martins de	Dissertação	Confabulações professorais de docentes gays	Discutir, a partir dos discursos de cinco professores gays da escola básica de municípios localizados no Território do Sisal (Serrinha, Conceição do Coité e Valente), sobre suas experiências como sujeitos homossexuais e das implicações subjetivas que tais reflexões interpelam para produzir suas professoralidades.	2022
SILVA, Jonatha Rodrigues da	Mestrado	Escola pública do agreste alagoano e a ideologia de gênero: o que o ensino de língua inglesa tem a ver com isso?	Identificar como a questão do respeito às diferentes posições de gênero é compreendida por alunos e professores da educação básica	2019

Fonte: Construído pelos autores a partir dos dados encontrados (2026).

A análise do Quadro 1 revela um panorama incipiente, porém crescente das produções científicas que tensionam as relações entre gênero, sexualidade e o espaço escolar, na Educação Básica, permitindo identificar três eixos fundamentais de discussão: 1) Temporalidade e crescimento do corpus epistêmico; 2) O/a professor/a como foco central; 3) Espacialidades e Territorialidades.

Em relação ao primeiro eixo é possível observar que a produção científica sobre o tema é relativamente recente, com uma concentração significativa de trabalhos entre 2018 e 2023 (75% da amostra). Este dado reflete o fortalecimento das políticas de diversidade na pós-graduação e uma resposta acadêmica às investidas conservadoras no campo educacional, como o debate sobre a "ideologia de gênero" abordado por Silva (2019).

Quanto ao segundo eixo identificamos que a maioria dos trabalhos selecionados (Meireles, 2012; Toledo, 2018; Neto, 2019; Santos, 2023; Oliveira, 2022) desloca o olhar do aluno para a subjetividade do professor LGBT. As pesquisas investigam como a orientação sexual desses profissionais interpela suas professoralidades e vivências pedagógicas. O trabalho de Neto (2019) estabelece uma relação entre o ensino de Geografia das identidades docentes, corroborando a ideia de que o espaço escolar é um território de disputas simbólicas e identitárias.

A partir do último eixo é possível dizer que embora a escola seja o cenário comum, as pesquisas variam em sua escala geográfica: há uma transição de estudos em capitais (Vitória) para contextos do interior e do semiárido, como o trabalho de Oliveira (2022) no Território do Sisal (BA) e o de Silva (2019) no Agreste Alagoano.

O levantamento demonstra que o silêncio mencionado anteriormente não é ausência de voz, mas um processo de insurgência teórica. Os trabalhos de Menezes (2019) e Oliveira (2022), especificamente, dialogam diretamente com a sua proposta, ao tratarem da descostura de normas e das confabulações de professores gays em territórios baianos, validando a necessidade de continuar investigando como a negritude e a homossexualidade reconfiguram o semiárido.

Ao redefinir a busca para o descritor *professores gays no semiárido*, a escassez de dados torna-se ainda mais evidente, resultando na identificação de um único estudo: a tese de doutorado de Pedro Paulo Souza Rios (2019), intitulada *O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano*.

Quadro 2: Publicações encontradas a partir do descritor professores gays no semiárido

Autor/a	Pesquisa	Título	Objetivo	Ano
RIOS, Pedro Paulo Souza	Doutorado	O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no semiárido baiano	Analisar, por meio das narrativas (auto)biográficas, o discurso de professores gays do Seminário Baiano sobre a produção de si enquanto corpo estranho e as estratégias de desconstruir/fazer/negociar gênero e sexualidade ao longo de suas trajetórias escolar/acadêmica	2019

Fonte: Construído pelos autores a partir dos dados encontrados (2026).

Este trabalho assume uma importância basilar para a presente pesquisa, pois utiliza as narrativas (auto)biográficas para desvelar a construção da identidade de docentes gays no território semiárido baiano. Rios (2019) introduz a potente metáfora do corpo estranho para descrever o tensionamento entre a subjetividade dissidente e o espaço escolar/acadêmico, revelando as estratégias de negociação de gênero em um contexto muitas vezes marcado pela rigidez das normas heteropatriarcais do sertão.

A ausência de produções acadêmicas que versem sobre as intersecções de raça e dissidências de gênero, conforme mapeado pelos descritores, ratifica a relevância e o caráter inédito deste estudo. Tal lacuna aponta para a necessidade urgente de investigações que desloquem o olhar para corpos que, atravessados pelo racismo e pela heteronormatividade, permanecem à margem das análises sobre o espaço e a docência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a produção acadêmica recente sobre docência, raça, sexualidade e território, este artigo buscou compreender como vêm sendo constituídas, discursiva e epistemologicamente, as experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano. A revisão narrativa realizada, orientada pela análise temática, evidenciou que essas experiências aparecem de forma fragmentada, muitas vezes subsumidas em categorias mais amplas de diversidade ou docência negra que pouco consideram a territorialidade semiárida como dimensão estruturante. Quando o Semiárido é mencionado, tende a operar como cenário geográfico ou indicador socioeconômico, e não como dispositivo ativo de produção de diferença.

Os estudos analisados mostram a escassez de estudos nos referidos campos, ao tempo em que sinaliza acerca da necessidade de avanços na incorporação da interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica, especialmente ao abordar a docência negra e a presença de sujeitos LGBTQIA+ na escola. No entanto, permanecem lacunas significativas quando se trata de articular, de modo sistemático, raça, sexualidade e território a partir das experiências docentes de homens negros gays no Semiárido baiano.

A presente pesquisa acerca das experiências docentes de homens negros e gays no Semiárido baiano revela que o ato de ensinar, neste contexto, transborda a transposição didática para configurar-se como uma autêntica geopolítica do corpo. Ao longo deste estudo, ficou evidente que esses sujeitos não apenas habitam um território, mas o reconfiguram a partir de

suas vivências, transformando o chão ressecado das representações hegemônicas em um campo fértil de insurgência política, afetiva e pedagógica.

A revisão narrativa da literatura demonstrou um cenário de duplo silenciamento. Por um lado, a escassez de produções científicas *stricto sensu* que articulem, de forma interseccional, raça, sexualidade e a territorialidade do Semiárido; por outro, a persistência de uma lógica eurocêntrica e urbana que insiste em ler o interior baiano pela lente da carência e do atraso. O mapeamento bibliográfico, ao identificar o trabalho de Rios (2019) como um marco solitário e necessário, ratifica a urgência desta pesquisa em romper com o epistemicídio que invisibiliza as professoralidades dissidentes forjadas no sertão.

Concluímos, portanto que a professoralidade interseccional territorializada, categoria aqui proposta, é a chave para compreender como esses docentes negociam suas existências frente à heteronormatividade institucional e à colonialidade do poder. Suas práticas pedagógicas, inspiradas pela coragem de Hooks e pela esperança de Freire, convertem a sala de aula em um microterritório contra-hegemônico. Nesses espaços, a docência deixa de ser um exercício de neutralidade para tornar-se uma prática de liberdade, oferecendo aos estudantes novas cartografias de vida onde cor, desejo e território não são obstáculos, mas fundamentos de dignidade.

Este trabalho não encerra o debate, mas abre veredas. Ele convoca a academia e as instituições escolares a reconhecerem que o Semiárido é múltiplo, negro e dissidente. Mais do que incluir esses professores como símbolos domesticados de diversidade, é preciso validar seus saberes como teorias vivas. Que este estudo sirva de convite para que outras narrativas ocupem o centro do falatório acadêmico, garantindo que o direito de existir e educar no Semiárido seja, finalmente, um ato de plena e reconhecida reexistência.

REFERÊNCIAS

AHMED, S. **On being included: racism and diversity in institutional life**. Durham: Duke University Press, 2012.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRAH, A. **Cartographies of diaspora: contesting identities**. London: Routledge, 2005.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, London, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, K.. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRASER, N. Justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2003. p. xx-xx.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

MASSEY, D. **For space**. London: Sage, 2005.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRELES, A. C. Políticas públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de Vitória / Ariane Celestino Meireles. - 2012. 156 f **Dissertação**. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

MENEZES, C. A. A. Rasgando uniformes e descosturando normas de gênero no espaço escolar. **Dissertação** (mestrado em Educação), 2019. 89 f. Universidade Federal de Sergipe, 2019. São Cristóvão, SE.

NÓBREGA, P. R. da C. Reflexões acerca dos conceitos de território, territorialidades e redes para o ensino de geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, v. 4, p. 4-21, 2013.

NÓBREGA, P. R. da C. Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. **Revista Tamoios**, v. 11, n. 1, p. 44-58, 2015.

OLIVEIRA NETO, I. S. de. Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de geografia em escolas de educação. **Dissertação** (Mestrado) - UFPB/CCEN. João Pessoa, 2019. 214 f. : il.

OLIVEIRA, K. da S.; NÓBREGA, P. R. da C. Interseccionalidade e preconceito: um olhar sobre a vida acadêmica da pessoa LGBTI+. **Interacções**, v. 20, n. 1, p. 93-112, 2024.

OLIVEIRA, Y. B. M. de. Confabulações professorais de docentes. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia Departamento de Educação – Campus XIV. Conceição do Coité, 2022. 125 fls.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. xx-xx.

RIOS, P. P. S. Narrativas (auto)biográficas acerca do estranho que habita em mim: histórias de vida e formação de professores homossexuais. **Educação, Santa Maria**, v. 42, n. 1, p. 227-240, 2017.

RIOS, P. P. S. O estranho que habita em mim: narrativas de vida e formação de professores gays no Semiárido baiano. 2019. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

RIOS, P. P. S.; VIEIRA, A. R. L. (org.). **Educação de jovens e adultos: narrativas (auto)biográficas e trajetórias de formação docente no Semiárido**. Curitiba: CRV, 2018.

RIOS, P. P. S. (org.). **Educação, gênero e diversidades no Semiárido**. Campinas: Pontes, 2024.

ROSA, R. de C. Q. da. Corpos LGBT na escola e na prisão: aparecimento, educação e potências. — 2022. 154 f. **Tese** (Doutorado em Educação) — Universidade de Santa Cruz do Sul, 2022

ROTHER, E. Ta. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. xx-xx.

SANTOS, E. dos. Memórias de homens gays na redemocratização do Brasil: narrativas sobre gênero, sexualidade, infância e educação' 09/11/2023 118 f. **Mestrado em Educação**. Universidade Federal De Rondonópolis. Rondonópolis, 2023.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, J. R. da. Escola pública do agreste alagoano e a ideologia de gênero: o que o ensino de língua inglesa tem a ver com isso? **Dissertação** (Mestrado em Linguística e Literatura Instituição de Ensino): Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019.

TOLEDO, R. Homofobia e heterossexismo na escola: um estudo sobre significações de professores gays que atuam na educação básica. **Tese** (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.